



Transcrição Aula 5 - interseccionalidades, gênero e diversidade sexual, gravação de Guilherme
Gomes Ferreira

Olá pessoal, sejam bem-vindas e bem-vindos, eu me chamo Guilherme Ferreira, sou assistente social, pesquisador e ativista na área dos direitos sexuais e de gênero. Quero convidar vocês a debater algumas questões de base que serão importantes para iniciarmos o nosso curso de formação sobre a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Essas questões de base que eu me refiro, elas se relacionam com o tema das interseccionalidades como uma ferramenta de análise da realidade social, e nesse nosso caso tendo também o gênero e sexualidade como porta de entrada importantes. Embora exista uma tradição em começar o debate de gênero e sexualidade por conceitos como identidade de gênero ou orientação sexual, eu queria começar falando justamente sobre o conceito de interseccionalidade, já que ele, do meu ponto de vista, é o que guia a nossa análise sobre os outros conceitos-chaves que envolvem pensar esse tema da diversidade sexual e de gênero como marcadores sociais da diferença e da desigualdade. O conceito de interseccionalidade ele é intranquilo, ainda e inconcluso, uma vez que o debate público sobre ele se mantém em constante renovação e, recebe contornos diversos a depender da abordagem que se é dada. A intenção dessa aula não é então realizar uma revisão dos debates realizados até aqui, e nem mesmo estabelecer nexos de causa ou efeito, ou de uma linha evolutiva no modo como esse conceito vem sendo pensado. Por outro lado, eu acho importante que a gente possa recuperar alguns pressupostos que do mesmo jeito permanecem em debate perene e contraditório. O primeiro deles diz respeito a perspectiva adotada, se o conceito de interseccionalidade na forma como conceitua a professora Adriana Piscitelli diz respeito à multiplicidade de categoria de diferenciação que se articulam no social, não é consenso o modo como se apreende a articulação dessas múltiplas categorias. Por outro lado propor uma análise interseccional implica em todos os quadros teóricos um pressuposto de antemão, que a realidade não deve ser recortada em termos de um único marcador social e que a gente deve manter um olhar para a totalidade social, tendo em vista os diferentes marcadores conectados, não de maneira sobreposta uns aos outros como se pudessem ser simplesmente somados, mas isso sim, pensando como eles produzem um efeito único na vida concreta dos sujeitos quando combinados. Mesmo antes da emergência do conceito, a proposta de articular marcadores sociais como classe social, raça, raça e gênero, ou ainda classe social e gênero, já havia sido adotado por diversas feministas, havendo entre elas quem privilegiasse alguns desses marcadores em detrimento de outros. A gente pode pensar em

alguns exemplos, como os estudos da John Scott, que argumenta a importância de raça e classe apesar de se centrar em gênero. O caso da Judith Butler também cuja obra passa por discussões sobre sexualidade e identidade de gênero, sionismo, raça e etnia, a Donna Haraway, com a categoria corpo e também a Angela Davis que se deteve sobre as experiências das mulheres negras e também das pessoas presas. É por isso que a adoção de uma abordagem interseccional implica recorrer à uma perspectiva epistêmica em particular, que também a professora Adriana Piscitelli divide entre aquela de ordem mais sistêmica, utilizada principalmente pela Kimberle Crenshaw, e outra construcionista, como a Avtar Brah, como uma das suas expoentes. A primeira perspectiva oferece a imagem de diferentes avenidas em cada uma das quais circula um eixo específico de opressão, em certos espaços as avenidas se cruzam e a pessoa que se encontra no entrecruzamento tem que enfrentar simultaneamente esses fluxos de opressão. Essa perspectiva em certo sentido acaba por entender a intersecção entre os marcadores como um somatório, o que significaria entender uma mulher negra, por exemplo, como duplamente oprimida, pela condição de gênero e pela condição de raça. Evidentemente essas duas condições produzem sim uma experiência maior dos sujeitos com processo de sub subalternização e vulnerabilização como a gente pode perceber através de pesquisas que apontam a mulher negra na pirâmide do trabalho, ou então sofrendo maior índice de violência doméstica e sexual. Por outro lado ela não sofre necessariamente o mesmo tipo de racismo que um homem sofreria, vejamos como pensar isso através de um exemplo: Na notícia veiculada no site mundo negro de novembro de 2013 podemos ver que uma professora negra da Universidade de São Paulo foi vítima de assédio sexual na ocasião em que frequentava um bar para comemorar o seu aniversário. Durante a noite o dono do estabelecimento se aproxima para perguntar se os dentes da professora eram verdadeiros, pois eram muito brancos. Em certo momento ele pergunta também se ela gostaria de ter um encontro sexual com ele e, afirma que os pelos pubianos da professora deveriam ser duros como os da sua cabeça.

Podemos ver nesse caso que o assédio sofrido pela professora foi sim racializado, pois quando contou o ocorrido a seus amigos negros, todos entenderam o viés racial daquela situação, enquanto as suas amigas brancas disseram que isso é normal, e que acontece com qualquer mulher. A gente deve se perguntar, além disso, se um homem negro estaria sujeito ao mesmo tipo de assédio, ainda que a gente saiba que homens negros também figuram no imaginário social de uma maneira fetichizada. Tudo isso para ilustrar uma outra perspectiva de pensar as interseccionalidades mais construtivista, dinâmica e relacional. É importante a gente assumir também que a articulação entre as categorias de desigualdade e da diferença não podem ser analisadas de um ponto de vista linear e resultando sempre em desvantagem, já que o poder como categoria é algo que se disputa, no qual os sujeitos dominados também estão tentando acender a hegemonia. As suas identidades também se modificam nesse processo, porque intentam sair da condição de subalternidade que a eles é renegada, condição essa que não se

caracteriza somente pela perda, mas também pela dimensão da resistência. É assim que a gente vai perceber, por exemplo, que entre diferentes grupos que possuem marcadores “subalternos”, também pode haver a prática da violência pela diferença. Na experiência de travestis privadas de liberdade, por exemplo, que foi tema dos meus estudos nos últimos anos, eu avaliei que a transfobia recebe sim uma evidência particular na prisão na medida em que é ela a causa última da discriminação que as travestis sofrem dos outros presos e dos trabalhadores penitenciários. Em outras palavras, a condição de classe social e de raça, de etnia, que uniu as travestis ao conjunto de presos, não as permite uma inclusão naquele contexto, pois o gênero as dividia do grupo. Se a gente fosse para o outro lado, analisar a relação das trabalhadoras penitenciárias com os presos, a gente perceberia que elas, na sua maioria brancas, estavam fundamentalmente em vantagem em relação a esses homens, na sua maioria negros e pobres. É como preconceito que o homem gay pobre sofre de um outro homem gay da classe média ou da classe alta, esse último não depositará a sua violência somente aquilo que se refere a classe do outro, mas a todo comportamento cultural do outro que é produto da interação entre sexualidade e classe social, e que para homossexuais da classe economicamente dominante, pode ser desqualificado. Assim, vai poder desqualificar os valores culturais de uma comunidade homossexual que convive com, e na pobreza, poderá inferir também que seu comportamento é moralmente degradante, que é promíscuo, barraqueiro, que não sabe se vestir e toda uma série de julgamentos experimentados por muitos homossexuais, mas que aqui recebe um relevo da classe. Também acontece quando o homossexual julga o outro de afeminado, quando o homem negro subordina o outro homem negro e gay, quando uma mulher negra e cisgênero oprime uma mulher branca transexual e, assim por diante. A opressão em todos esses casos não é contra uma parte da pessoa que é subalternizada, pelo contrário, a opressão é contra, como a gente já disse, a totalidade dos sujeitos. Falando nisso vale a pena agora olhar um pouco mais, com um pouco mais de atenção, para essas outras categorias que eu venho trazendo e que eu pretendo aprofundar com vocês, que são as categorias de gênero, sexo, orientação sexual, e identidade de gênero. Como norma social a gente pode pensar que a noção sobre o que é gênero é anterior à própria nascimento dos sujeitos. O filósofo Paul Preciado explica que mesmo antes de nascer graças a ecografia, uma tecnologia célebre por ser descritiva mas que não é senão prescritiva, ou no momento mesmo do nascimento nos é designado um sexo feminino ou masculino. Todos temos passado por essa primeira mesa de operação pré formativa, quando o médico anuncia “é uma menina ou é um menino” o nome próprio e seu caráter de moeda de troca tornará efetiva a reiteração constante dessa interpelação performativa. Então, o que diz o Preciado é que no momento da anunciação da mãe grávida ou do médico sobre o sexo do bebê, toda uma teia de saberes, de injunções, de expectativas, atravessam o corpo daquele sujeito se estabelecendo a partir daí o gênero. A partir dessa informação a compra de roupas será direcionada para àquelas ditas masculinas ou femininas, o quarto da criança será pintado de uma determinada cor e se estabelecerá o desejo

de que ela tenha determinado comportamento e até profissão. Agora enquanto categoria teórica, o conceito de gênero é emprestado da gramática e da linguagem, surgindo pelo movimento feminista como uma categoria explicativa das relações sociais baseadas no sexo, um intuito assim, de negar o essencialismo com o qual o tema era tratado até então, quando se dizia que ser o homem e ser mulher tinha a ver com uma verdade da natureza e determinadas pela constituição biológica dessas pessoas. Assim como escreve a Scott, naquele momento era fundamental rejeitar um determinismo biológico implícito no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual” almejando acentuar o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. Gênero assim serve, portanto, como categoria descritiva da realidade social dando visibilidade a um tipo de marcador social que possibilita enxergar outras formas de opressão assim como classe social e raça e, também como categoria analítica, permitindo ler os fenômenos sociais desde uma perspectiva de gênero, percebendo esta categoria como fundante das próprias relações sociais.

Foi o movimento feminista por isso, que entre as décadas de 60 e 70 trouxe o debate conceitual em torno dos estudos de gênero, embora autoras consagradas como a Simone de Beauvoir tenham iniciado a crítica feminista da diferenciação entre sexo e gênero já antes na década de 40. Não é por acaso, por isso, que algumas pessoas ainda acreditam que o debate sobre gênero está circunscrito somente as questões da mulher, mesmo esse debate sendo um conceito que alude às representações tanto do feminino como do masculino, pois a gente não pode pensar masculino sem evocar o feminino e vice-versa. Contudo, esse binarismo de gênero, ou seja, a ideia de que as pessoas devem se sentir representado por um dos gêneros, masculino ou feminino e, mesmo a noção de que só existem essas duas opções é uma norma social que produz violência. Sobre isso a filósofa Butler ensina que o gênero é resultante de um regime que regula diferenças. Nesse regime os gêneros dividem-se e hierarquizam de forma coercitiva, de modo que masculino e feminino tornam-se dicotômicos e extremos, e se produz a partir disso uma série de narrativa sobre eles. Enquanto o homem aparece como objetivo, ativo, sexual e racional e detentor do espaço público a mulher figura como subjetiva, passiva, emocional, passional e circunscrita ao espaço doméstico. Essa narrativas operam segundo um padrão iconográfico de diferenciação de complementaridade sexual, que significa que é a ideia de que o masculino e o feminino, o homem e mulher, macho e fêmea, essas categorias são contraditórias e complementares, e que para haver equilíbrio é necessário que haja elementos de ambos. Podemos pensar como exemplo disso, a dualidade *yin yang* em quem *yin* é o princípio feminino, a noite, a lua, o frio, a passividade, a absorção; enquanto o *yang* é o princípio masculino, o dia, o sol, o calor, a atividade, a introdução. Essas caracterizações dualistas são muito antigas, passando pelos mitos sobre humano completo, dividido ao meio para que não pudesse mais ter a mesma força, até a chegada dos dias atuais em que se busca ainda nas substâncias do corpo um motivo para que haja diferença de gênero. Por outro lado, não há nada evidentemente que demonstra a veracidade de certas qualidades serem tipicamente masculinas e outras femininas. A professora Fabíola Rohden

explica essa questão ao afirmar que há uma resistente tentativa de encobrir o gênero a partir de uma lógica de substancialização da diferença. Ela disse que o objetivo dessa substancialização pode variar, passando, por exemplo, dos ovários aos hormônios sexuais, mas a referência a algum tipo de materialização do gênero permanece sempre intacta, ou melhor, parece ir se aprimorando a cada descoberta científica. Percebe-se a pregnância de uma necessidade de essencialização das diferenças entre homens e mulheres ao longo do último século que remete necessariamente a uma tradição dualista, que tem caracterizado a cultura ocidental moderna. Basicamente as renovadas formas de essencialismo tem implicado delimitar o que seria do plano natural, supostamente mutável, e o que se enquadraria no plano social cultural, que seria passível de transformação. Um olhar mais atento ao discurso médico da passagem do século 19 para o século 20, por exemplo, nos leva, diz a professora, a perceber que é exatamente a instabilidade entre essas fronteiras, ou seja, a constatação da sua precariedade, que promove uma insistente reafirmação nas oposições. Então se o gênero, como temos visto até aqui, é produto social e as tentativas de encontrar resposta sobre ele no corpo tem a ver justamente com essas expectativas culturais criadas pelos sujeitos no processo histórico em curso, resta para a gente entender que a identidade também é produto dessas interações, de modo que o sujeito vai construir a sua identidade de gênero no decorrer da sua vida e ela não necessariamente vai corresponder com a expectativa produzida pelas pessoas a partir de um dado biológico que a gente chama de sexo. O gênero é por isso, compulsoriamente inscrito no corpo no momento que a pessoa nasce e, antes mesmo de nascer no conjunto de expectativas, de pressuposições, de comportamentos, gostos, subjetividades. É por isso que a pesquisadora Berenice Bento define o gênero como uma sofisticada tecnologia social heteronormativa, operacionalizada pelas instituições médicas, linguísticas, domésticas, escolares, e que produzem constantemente corpos homens e corpos mulheres. De acordo com a professora, os corpos assumem a sua aparência de gênero na medida em que se reinteram continuamente os atos que conferem masculinidade ou feminilidade a esses corpos. Nesse momento, que já discutimos o que é gênero e identidade de gênero parece produtivo dizer então que a existência de pessoas transgênero, que são aquelas que não se identificam com o gênero designado no nascimento, é tão natural na sociedade quanto à existência das pessoas cisgêneras, aquelas que se identificam com o gênero designado no nascimento. O que acaba desenhando um véu de normalidade em relação desses grupos de pessoas cis, é simplesmente a norma que produz a ideia de gênero colada de sexo construindo uma aparente harmonia entre por um lado nascer com pênis se identificar como um homem e desejar mulheres, e por outro lado, nascer com vagina se identificar como mulher e desejar homens. Se existe uma expectativa de que as pessoas com pênis sejam homens e as pessoas com vagina sejam mulheres, não é natural que as pessoas necessariamente correspondam a essas expectativas. As identidades de gênero são por isso produzidas histórica e socialmente, de modo que não é algo somente sobre como as pessoas se sentem, mas também algo sobre como

elas são interpretadas socialmente. As culturas constroem as suas ordens de gênero de maneiras distintas, o que significa que haverá identidade transgênero ou identidade trans, se a gente quiser abreviar, específica de cada sociedade. No Brasil a gente convencionou especificar as identidades trans particularmente através das categorias travesti e transexual que possuem entre si diferenças discursivas, geográficas, históricas, sociais. Na tabela que vou mostrar para vocês agora eu tentei sistematizar um pouco como essas diferenças são produzidas, a gente pode ver, por exemplo, que no campo discursivo as identidades trans são produzidas a partir dos significados constituídos sobre o que é uma pessoa transexual e uma pessoa travesti. No pensamento comum, aquele mais imediato e particular, a travesti aparece ora como homem gay hiper afeminado ora como o terceiro sexo, enquanto a transexual é percebida como aquela pessoa cuja mente não se adequa ao corpo e que precisa sempre de uma cirurgia de redesignação sexual. É também comum que se conecte a identidade travesti ao trabalho sexual e ao crime, enquanto a pessoa transexual é percebida como requintada e comportada. Também tem a ver com uma decisão circunstancial da pessoa se assumir travesti ou transexual dependendo do contexto em que é dito e buscando com isso que a sua identidade seja compreendida desde uma perspectiva mais radical e desestabilizadora ou desde uma perspectiva mais conciliadora e normativa. A pessoa então pode negociar sua identidade fazendo valer uma tomada de posição política nesse caso. Outra dimensão tem a ver com o significado de ser travesti ou transexual também conectado o local geográfico com que se diz, porque se dizer travesti no Brasil tem um significado bem diferente se comparado a Europa, por exemplo. Além disso, o avanço científico sobre essas categorias também influenciam a passagem de esquemas discursivos diferenciados, de modo que a diferença de concepção sobre o que é ser travesti e o que é ser transexual entre as pessoas mais velhas e mais novas desses mesmos grupos. Outra questão tem a ver com a possibilidade de acessar informações sobre as transgeneridades, que se relaciona também a certas condições concretas de existência das pessoas, o que significa que a gente pode pensar sobre o nosso gênero depois que termos saciado as nossas primeiras necessidades. O processo histórico que estigmatiza as travestilidades como pertencentes a periferia e a marginalidade, também faz com que as pessoas de determinada classe tenham um acesso às noções específicas sobre o seu gênero. Finalizando a nossa aula, resta para gente entender que se por um lado todas as pessoas possuem uma identidade de gênero também todas as pessoas possuem uma identidade e uma orientação sexual. A identidade sexual corresponde a identificação das pessoas sobre uma determinada orientação sexual, que é o desejo e o afeto que as pessoas direcionam as outras. Um homem por exemplo, pode se interessar erótica e afetivamente por mulheres, por homens, por ambos, ou por nenhum deles e, caso ele trate este desejo de maneira identitária, estabelecerá assim que é heterossexual se seu desejo for por mulheres, homossexual se for por homens, bissexual se for por ambos, ou assexual se não se sente capaz de ter atração sexual por outras pessoas, podendo ou não estabelecer uma relação romântica. Existem atualmente uma série de

outras identidades sexuais pouco ainda presentes no debate político e, sobre as quais eu também não vou me deter pelo fato de não haver ainda do meu ponto de vista violações identidades fundamentais que se relacionam com o debate histórico dos Direitos Humanos dessas populações. Mas também acho importante dizer que diferenciam a identidade do desejo, pelo fato de que algumas pessoas terem determinadas práticas sexuais sem no entanto, se identificarem com o nome dado para aquela prática. No campo da epidemiologia, por exemplo, foi criado o conceito de HSH (homens que fazem sexo com homens), justamente para contemplar aqueles homens que têm sexo com os homens, e ainda se consideram heterossexuais, porque não estabeleceriam relacionamentos românticos com outros homens, ou porque simplesmente não se identificam culturalmente com essa identidade. No Brasil usamos a sigla LGBT para definir todas as pessoas que são dissidentes, em termos das suas orientações sexuais, ou das suas identidades de gêneros, ou seja, todas as pessoas que sofrem por não serem heterossexuais, ou por não corresponder a expectativa de gênero. Para entendermos melhor essa sopa de letrinha eu vou terminar apresentando três cenas, baseadas em narrativas reais sobre situações que envolvem esse tema da diversidade sexual e de gênero. Na primeira cena, o João e o Renato são namorados, estavam aguardando atendimento na Unidade de Saúde no território em que vivem. Estavam sentados de mãos dadas enquanto aguardavam. O Alberto, outro usuário em espera de atendimento, se virou contra o casal, gritando que não era obrigado a ver duas “maricas” se beijando em público e que hoje em dia todo mundo quer empurrar goela abaixo essas “bichices”. Nessa primeira cena, a gente percebe como a sexualidade diferente da heterossexual incomoda as outras pessoas porque é muito comum escutarmos que agora estamos vivendo um momento em que ser gay ou ser lésbica é moda. Acontece que ninguém nunca se perguntou que ser heterossexual sempre esteve na moda e, que nós somos bombardeados pela heterossexualidade em todos os momentos o que faz isso sim com que seja diferente para o nosso olhar um momento de afetividade homossexual. Esse bombardeio da heterossexualidade acontece deste momento mais sutil, como um exemplo didático, na escola, em que se utiliza um casal heterossexual para alguma elucidação, até os menos sutis, que seus próprios direitos que apenas as pessoas heterossexuais possuem. Vamos ver agora a segunda cena, a Liliane tem 12 anos e começou a voltar para casa com bilhete da orientadora educacional, sobre o seu comportamento, porque os outros colegas estavam chamando ela de “sapatão”. Helena, mãe de Liliane, foi buscar apoio de uma psicóloga, que diz é importante iniciar um acompanhamento psicológico, que entre outras coisas poderia resultar na reorientação da opção sexual da menina, e que a participação da figura paterna era imprescindível para essa reorientação. Aqui a gente percebe que o debate sobre a cura gay ele aparece reatualizado mesmo porque para algumas pessoas ainda existe a ideia de que a homossexualidade possa ser um desvio de uma má criação, da presença de papel de gênero invertido ou de ausência de algum papel familiar, como por exemplo a ideia da mãe super protetora ou controladora e do pai ausente. Acho importante entendermos que a terapia para

homossexuais é válida quando há sofrimento advindo muitas vezes da sociedade homofóbica, mas não no intuito de reorientar a sexualidade, mesmo porque a psicologia e psiquiatria não possuem essa capacidade. Por fim, a cena três, que diz o seguinte, o Humberto ingressou em um programa de saúde para tratamento hormonal, iniciando assim o seu processo transexualizador pelo SUS. No atendimento com assistente social, ela perguntou para ele sobre a sua família, e o Humberto disse que era casado com Jeferson. Maria, assistente social, disse que não entendia como ele poderia ser casado com outro homem e querer ao mesmo tempo ser um homem, sugerindo que ele poderia viver com uma mulher já que seu desejo era por homens. Esse último caso a gente percebe melhor essa confusão bastante frequente entre orientação sexual, que como eu disse antes é o desejo, o afeto que a gente direciona para outra pessoa e, a identidade de gênero, que é que uma pessoa que percebe pertencendo a um ou outro gênero. Uma pessoa que é designada mulher quando nasce pode desejar ser homem e ao mesmo tempo desejar outros homens, não é porque ela se reconhece como um homem que vai ser necessariamente heterossexual. No caso do Humberto, ele é um homem trans gay, assim como existem mulheres trans lésbicas, e assim como existem pessoas trans heterossexuais. O desejo e a identidade são aspectos distintos da vida dos sujeitos. Fico por aqui com vocês e desejo sucesso a todas as pessoas que me acompanharam nessa aula e um ótimo curso a todas e todos.